



A privatização na Educação Básica paraense sob a égide da relação entre Estado e religião¹

Basic education privatization in Pará state under the aegis of the relationship between state and religion

Cassio Vale
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Francisco Willams Campos Lima
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Belém-PA-Brasil

Resumo

A relação entre Estado e religião é histórica nas sociedades capitalistas, sendo o segmento religioso um dos grupos privados que interfere nas deliberações estatais, com destaque para as políticas públicas educacionais já presentes na realidade brasileira. Este texto tem como objetivo desvelar de que forma vem ocorrendo a privatização da Educação Básica paraense por meio da relação entre Estado e religião. A partir da pesquisa bibliográfica, com enfoque no materialismo histórico-dialético, constatou-se que o segmento religioso se fez presente em dois eixos da política educacional do Pará, a saber: a formação de professores e as parcerias público-privadas. Do conjunto das análises, entende-se que ocorre a subsumção do público ao privado na educação paraense na medida em que o segmento religioso avança no seu projeto ideológico de dominação.

Palavras-chave: Estado e religião; Educação básica paraense; Relações público-privadas.

Abstract

The relationship between state and religion is historical within capitalist societies, in which religious segments are one of the private groups that interfere with state-level deliberations, mainly educational public policies already present in the Brazilian reality. This text seeks to reveal how Basic Education in Pará state has been privatized through the relationship between state and religion. By carrying out bibliographic research, focusing on Dialectical and Historical Materialism, the study verified that the religious segment has been present within two axes of educational policy in Pará state, those being: teacher training, and public-private partnerships. From the analysis, it was possible to understand the occurrence of subsumption from the public to the private one in Pará state education, as religious groups move forward in their ideological project of domination.

Keywords: State and religion; Basic Education in Pará state; Public-private relationships.

Introdução

Este artigo analisa a forma como a religião direta ou indiretamente atua junto ao Estado para deliberar a vida em sociedade, processo que se manifesta como forma de fortalecer seu poder deliberativo. No caso da educação, tal atuação vem se fortalecendo cada vez mais ao subsumir os processos pedagógicos a ideologias privadas com vertentes que podem ser excludentes, na medida em que cada crença possui valores próprios, enquanto aqueles que não comungam delas devem procurar outros modos de se conectar com o que consideram “sagrado”. Em outras palavras, trata-se de valores religiosos que ideologicamente fomentam desigualdades, justamente por tornarem as pessoas dóceis a fim de cumprirem demandas sem qualquer questionamento. Esse cenário tem consequências negativas na conformação social, mesmo que essas ações sejam executadas sob a égide da melhoria, inovação e prestação de um serviço de qualidade – precisamente como se dá na educação.

Cardoso (1978, p. 414) destaca como a ideologia está presente na estrutura da sociedade, desdobrando-se ela própria em outras ideologias, as quais “são percebidas sim, mas não são tratadas como sendo apenas resultantes de ações cuja orientação política se discute. Isto quer dizer que a ideologia não capta nem o mais leve sinal de uma estruturação social”. As diversas formas ideológicas presentes na estrutura da sociedade – que inclui política e religião – são essenciais do ponto de vista estratégico para que a conformação de opiniões seja executada. Com isso, grupos mais fortes dominam grupos mais vulneráveis nas correlações de forças próprias do sistema capitalista.

Nessa relação ideológica, do ponto de vista do discurso, mas concreta, a partir das vinculações estabelecidas entre Estado e religião, as políticas públicas são elaboradas e pautadas por uma racionalidade própria de um grupo que passa a ser referência no espaço público. Ora, isso faz com o que ocorram processos de privatização da coisa pública na medida em que a formação humana, no caso da educação, é orquestrada por uma base deslocada do aspecto formativo científico, que vai sutilmente sendo construído como supostamente a melhor condução para o progresso da sociedade.

A relação básica da religião com a política decorre do papel formador atribuído às relações pessoais exemplares da experiência e visão religiosas. A forma mais significativa de teologia política não está no ensino oficial sobre o Estado, mas na imagem de possíveis associações humanas que se representa na comunidade e nas ações dos crentes. Por exemplo, no Brasil os movimentos pentecostais, promovendo conversões aos milhões, oferecem um liberalismo prático – comunidades de eleitos,

marcadas pelas qualidades de autoconfiança, confiabilidade, autoformação e respeito mútuo que faltam num mundo de padrões e clientes onde se confundem o poder, a permuta e o sentimento (Unger, 1999, p. 159-160).

Há aí a confusão de sentimento e propostas realizadas na esfera pública, em nome do bem público, em relação ao qual as pessoas almejam uma mudança na estrutura social que supostamente seria encontrada em representantes supostamente mais sensíveis, empáticos e comprometidos verdadeiramente com a causa pública. Em face desses agentes, a credencial exige dos candidatos a cargos políticos critérios como vinculação religiosa, em que o requisito fundamental é ter ou incluir tal público nas ações do candidato para obtenção de maior expressão em votos.

Em razão disso, o crescimento da população evangélica no Brasil reflete na política pública. Considerando que esse grupo populacional deseja políticos afinados com suas visões particulares de pensar a sociedade, estabelece-se assim um vínculo estreito entre ideais religiosos e concepção política para a condução do país. Nessa esteira de articulação, germina o encaminhamento de um processo de privatização do Estado auspiciando que este passe a atuar em prol dos anseios desse grupo, concebido com maior competência técnica para arrumar os problemas sociais como violência e educação, sedimentado na ideia da fé como pilar para sanar a questão social.

É um movimento atual que exige estudos para identificarmos as formas, sujeitos e propostas de políticas públicas, em especial, as educacionais, considerando os sujeitos que estão ocupando cargos legislativos e possuem afinidade com a vertente evangélica. Vale ressaltar como esses mesmos sujeitos são aqueles que utilizam essa bandeira para fazer campanha em prol de um Estado privatista, que faz valer interesses segmentados.

Por outro lado, representantes políticos que possuem postura mais imparcial sobre a temática – algo que deveria ser a regra –, também tendem a se alinhar com o segmento de alto poder de determinação no resultado das eleições, fazendo vínculos por meio de parcerias ou assessorias, usando a religião como uma espécie de compulsoriedade para mediar o processo de seleção da gestão no espaço público, com condução estratégica para não afastar aqueles que compactuam com essa ideologia. É o que se pode verificar no cenário atual da presidência brasileira, registrado pelo jornal *O Globo*, em que o atual presidente da República, tendo conhecimento que essa parcela da população pode interferir de forma sistemática nas eleições de 2026, busca uma conciliação com uma temática relevante para o grupo. Desse

modo, constata-se que “diante da alta acelerada na reprovação entre evangélicos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem tentando quebrar resistências com o segmento associando programas do governo à valorização das famílias” (O Globo, 2025, online).

Nesse cenário, compreendemos que o Estado brasileiro sofre reflexos de um movimento internacional expresso pela influência direta de um segmento privado na definição das políticas públicas – a religião. Operacionaliza-se aí uma estratégia de fortalecimento do Estado, que Marx e Engels (2007) já destacavam, marcada pela contraditória relação entre Estado e sociedade, atravessada por interesses distintos. Esse tipo de relação faz parte de nossa história recente, considerando que o Estado moderno representativo como conhecemos atualmente foi criado para assegurar o direito e expansão da propriedade privada da burguesia, organizada enquanto classe definidora das ações sociais. Isso se dava antes em âmbito local e, posteriormente, em âmbito nacional, por meio das políticas agora influenciadas por grupos dominantes, em diferentes épocas, em detrimento dos dominados.

Os grupos privados que influenciam o Estado brasileiro podem ser representados por empresários, filantrópicos, organizações sociais e tantos outros, configurando-se como grupos ligados diretamente ao viés religioso, tal como acontecia no período colonial, em que os jesuítas implementaram o sistema educacional baseado numa vertente própria, que almejava constituir um homem livre dos pecados típicos do mundo burguês (Shigunov Neto; Maciel, 2008). Desse modo:

[...] os jesuítas tornaram-se uma poderosa e eficiente congregação religiosa, em parte em função de seus princípios fundamentais, que eram a busca da perfeição humana por intermédio da palavra de Deus e a vontade dos homens; a obediência absoluta e sem limites aos superiores; a disciplina severa e rígida; a hierarquia baseada na estrutura militar; e a valorização da aptidão pessoal de seus membros (Shigunov Neto; Maciel, 2008, p. 171).

Assim como no período colonial no Brasil, atualmente a presença de sujeitos do segmento religioso vem definindo fortemente políticas públicas, na medida em que o Estado se subordina às orientações desses grupos e/ou demonstra relativa necessidade oficial de apoio das ferramentas ideológicas cristãs, sem as quais ficará difícil manter a organização da vida pública. Tem-se uma nova roupagem do que aconteceu nos anos 1990 também no Brasil, com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), aprovado em 1995, na gestão de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), que claramente defendia a

participação do setor privado sob a égide da inovação dos serviços sociais, como saúde e educação (Brasil, 1995).

Nesse viés, é relevante problematizar a história do Brasil e das reformas, como a dos anos 1990 e seus desdobramentos subsequentes dos governos, que não rompem com a racionalidade neoliberal, a qual envolve as relações entre o Estado e o setor privado, representado aqui por sujeitos do setor religioso na deliberação sobre políticas públicas educacionais. Com isso, essas reformas traçam novos modos de privatização da educação, na medida em que os ideais particulares – supostamente com viés democrático cristão – passam a nortear o bem público, uma vez que “as formas particulares de personificação do capital podem variar consideravelmente, contanto que as formas assumidas se moldem às exigências que emanam das características definidoras essenciais do sistema” (Mészáros, 2011, p. 781).

Do cenário nacional ao estadual e municipal, as formas de personificação do capital variam dependendo da época, contexto e correlações de forças, como no caso dos sujeitos do setor religioso, que interferem tanto na política partidária quanto na definição de políticas propostas pelo Estado. Ora, seus valores, como perfil de homem afinado com os propósitos cristãos, representam uma das facetas da privatização, visto que, segundo Adrião (2023), a privatização ocorre pela desresponsabilização do Estado na oferta do direito à educação, transferindo-a para organizações e/ou instituições privadas. Além disso:

[...] a privatização pode ainda resultar de estratégia de transferência das dimensões da política educativa – oferta educacional, currículo escolar e gestão da educação -, em seu conjunto ou em partes, para organizações ou atores privados por meio de certos mecanismos, como termos de parcerias, convênios, contratos e outras formas decorrentes da desregulamentação da ação do Estado” (Adrião, 2023, p. 14).

Com a desregulamentação, parcerias público-privadas e interferências do setor privado nas ações do Estado o setor privado, que inclui sujeitos do segmento religioso, passam a utilizar sua concepção particular de sociedade para utilizar a máquina pública e definir políticas de cunho excludente, pautadas por uma lógica de formação em que aqueles que não estão enquadrados no perfil estipulado devem ser moldados para tal finalidade. Contraditoriamente, esse viés pode desencadear comprometimento no teor do Art. 3º da Constituição Federal de 1988, que versa sobre os objetivos da República, ao frisar que se deve “I - construir uma sociedade livre, justa e solidária” (Brasil, 1988).

A partir do caso do estado do Pará, *locus* de nossas análises, apresentaremos como vem se efetivando a interferência da privatização na Educação Básica a partir da influência do segmento religioso na estrutura estatal de forma direta ou não, considerando que a ideologia da religião, ao adentrar nos princípios das políticas públicas educacionais, pode gerar consequências como exclusão, tentativas de padronização do saber e formação fragmentada, sob o discurso falacioso de apropriação privada do lema presente na bandeira nacional, do cumprimento de *ordem e progresso*.

Assim, este texto tem o objetivo de desvelar de que forma vem ocorrendo a privatização da Educação Básica paraense por meio da relação entre Estado e religião. Tal propósito se faz relevante numa realidade concreta que segue o receituário do governo, federal quando pensamos na lógica público-privada que se coaduna com a desresponsabilização do Estado em relação à educação.

Para isso, faremos uso da pesquisa bibliográfica a partir do diálogo com autores como: Pereira (2023), que destaca como o segmento religioso adentrou nas políticas públicas no Brasil nos últimos anos; Marx e Engels (2007), que nos ajudam a entender a configuração do Estado moderno; e Adrião (2023), que nos apresenta as faces da privatização da educação.

Para uma melhor compreensão do percurso do estudo, dividimos o texto em dois itens, a saber: i) *Subsunção do Estado moderno a grupos privados em sua configuração histórica*, com a finalidade de destacar como público e privado permeiam as relações sociais a partir da configuração das políticas públicas, porque, na vertente de Karl Marx, a burguesia interfere nas deliberações públicas; e ii) *A relação entre Estado e religião no Brasil e seus reflexos nas políticas educacionais do Pará*, com destaque para as estratégias de como o segmento religioso, enquanto movimento privado na sociedade, vem crescendo e interferindo nas ações do Estado brasileiro, dando-se aqui ênfase a como a realidade paraense sofre interferência dessa relação nas ações educacionais.

Subsunção do Estado moderno a grupos privados em sua configuração histórica

Na obra *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2007) relatam como o Estado moderno, que conhecemos em sua forma representativa, foi criado com a finalidade de proteger os interesses da classe burguesa. Por isso, as decisões que se materializam em políticas públicas decorrem de interesses particulares, considerando-se como a intrínseca relação entre Estado e a classe burguesa tende a fomentar propostas de desigualdades, já que os dominantes tendem a querer continuar dominando.

A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, que, comprado progressivamente pelos proprietários privados por meio dos impostos, cai plenamente sob o domínio destes pelo sistema de dívida pública, e cuja existência, tal como se manifesta na alta e na baixa dos papéis estatais na bolsa, tornou-se inteiramente dependente do crédito comercial que lhe é concedido pelos proprietários privados, os burgueses. [...] mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses (Marx; Engels, 2007, p. 75).

A forma de organização estatal moderna desde sua origem não é independente ou imparcial quanto à autonomia de fazer valer os direitos de todos na sociedade, o que seria uma utopia. Na verdade, para se manter a organização da vida em sociedade, é preciso lançar mão dos recursos daqueles com maior aquisitivo, o que torna o Estado dependente dos burgueses – especialmente, considerando-se como, no século XXI, aqueles com poder e dinheiro são representados por empresários, filantropos, multimilionários e até líderes religiosos, que usam a fé para fazer fortunas, enquanto em todos os setores sociais almejam deliberar a vida em sociedade por meio de sua influência junto ao Estado.

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política (Marx; Engels, 2007, p. 76).

A forma como a burguesia cria classes dentro da própria classe faz com o que os interesses possam variar. Assim, esta gere distintos grupos poderosos que pensam a condução da vida em sociedade a partir de sua ótica.

Destacamos que o segmento religioso no século XXI se configura como um setor dominante na sociedade, o qual atua junto ao Estado, em razão de seu grande número de fiéis, suas movimentações financeiras e suas ideias cristãs, que, segundo seus defensores, representam a melhor forma de guiar a sociedade para um suposto caminho do bem. Em outras palavras, isso significa que os discursos de dominação sofrem metamorfoses e os fluxos de desigualdades sociais se mantêm com origem nos dominantes e exercício sobre os dominados, gerando fluxos de subsunção de um grupo a outro.

Na obra *Grundrisse*, Marx (2011) nos apresenta a categoria subsunção como parte do processo de correlações de forças históricas, em relação às quais o sistema capitalista, em suas distintas feições e épocas, faz emergirem formas de exploração do trabalhador, que

perde sua autonomia criativa sobre os produtos, ao mesmo tempo em que sua força de trabalho já não é mais sua, por conta das mudanças de organização do trabalho.

Segundo o autor, o advento das máquinas sofisticadas e inovação na forma de organização das fábricas intensifica novas instâncias de desigualdades sociais que são inerentes ao sistema capitalista, porque a produção em grande escala – que poderia gerar mais emprego, agilizar os fluxos de produção e fomentar desenvolvimento econômico para a população – na realidade só aumenta o lucro do patrão e acarreta outras formas de exploração da força de trabalho tanto em tempo quanto em autonomia do funcionário. Então, este deixa de poder deliberar sobre seus atos, em meio a um processo de produção que se sobrepõe ao trabalhador; este, por sua vez, pode ser substituído com relativa facilidade caso não esteja feliz ou não atenda ao formato de produção.

O tempo de trabalho como medida da riqueza põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre pobreza e o tempo disponível como tempo existente apenas na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente, ou significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho. Por isso, a maquinaria mais desenvolvida força o trabalhador a trabalhar agora mais tempo que o fazia o selvagem ou que ele próprio com suas ferramentas mais simples e rudimentares (Marx, 2011, p. 946).

Com o exemplo da maquinaria, Marx (2011) foi destacando a forma como a subsunção, que pode ser compreendida como subordinação, é resultado das metamorfoses do sistema capitalista, que se expande sempre, reinventando-se e criando outras formas de existir em distintos contextos.

A subsunção a partir da realidade concreta das relações de produção expõe como funciona a exploração do tempo do trabalhador, que, a cada vez que se dedica mais e mais a horas de produção, contribui para que o empregador aumente sua renda, gerada a partir da imposição de formas modernas de trabalho.

A partir da racionalização da subsunção, o trabalhador é objetificado e levado a produzir sem criticidade, diferentemente do que acontecia com a manufatura, não havendo o zelo pelas peças a partir de um olhar artístico do produtor nem a possibilidade de modificar o processo de produção caso deseje, porque não possui mais autonomia. Agora este encontra-se subordinado ao modo de operação moderno das relações de trabalho em grande escala. “Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe materialmente ao trabalho vivo como o poder dominante e como subsunção ativa deste a si, não só por meio da apropriação do trabalho vivo, mas no próprio processo real de produção” (Marx, 2011, p. 931).

O sistema capitalista produz o modo de vida em âmbito global, ditando como devem ser as relações sociais de produção, de trabalho e até de relacionamento entre as pessoas, considerando os limites de cada realidade geográfica.

As características próprias do capitalismo levam-no a mudar sempre que necessário para se fazer presente em distintas nações. Desse modo, esse sistema adentra globalmente a subjetividade das pessoas, a organização dos sistemas públicos e o modo de produzir políticas. Ianni (2013) destaca três pilares para que essa expansão do sistema capitalista seja permanente: i) ele se expande pela geografia e história das sociedades, inserindo-se progressivamente nelas, ao passo que “revoluciona contínua ou periodicamente as condições sociais, econômicas, políticas e culturais de povos e civilizações não capitalistas ou não ocidentais” (Ianni, 2013, p. 53-54); ii) sua dinâmica reelabora as formas de trabalho e organização da sociedade e, por consequência, dita o modo de vida; e iii) ele absorve capitais menores ou até semelhantes à sua dinâmica, numa constante forma de lucrar cada vez mais.

Nesse sentido, as sociedades atuais imersas na configuração do sistema capitalistas tendem a ter uma desigualdade persistente entre a população, algo que se materializa em meio a disputas de poder, território, culturas e, em especial, de dinheiro; isso, porque é por meio deste último que a subsunção se acentua nas correlações de forças, já que “a própria sociedade burguesa é só uma forma antagônica do desenvolvimento, nela são encontradas com frequência relações de formas precedentes inteiramente atrofiadas ou mesmo dissimuladas” (Marx, 2011, p. 84).

Com esse entendimento da realidade concreta, Marx (2011) nos ajuda a compreender como ocorre subsunção do Estado a grupos privados em sua configuração histórica, porque a burguesia precisa dessa organização de sociedade permeada por desigualdades para fazer valer seus interesses, o que ocorre também por meio do falseamento da realidade como as ideologias que ajudam na manutenção do *status quo*.

As ações dissimuladas na sociedade ocorrem também de forma intencional dos dominantes sobre os dominados, sendo uma dessas formas a religião, representada por grupos privados com suas crenças específicas, as quais podem influenciar as deliberações do Estado moderno. Cabe manter em mente que:

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe

dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (Marx; Engels, 2007, p. 47).

Ao analisarem as diversas formas de ideologias, em especial a alemã, Marx e Engels (2007, p. 84) entendiam a religião como uma forma de dominação social dos mais vulneráveis, porque “pouco a pouco, toda relação dominante foi declarada como uma relação religiosa e transformada em culto, culto ao direito, culto ao Estado etc. Por toda parte, girava-se em torno de dogmas e da crença em dogmas”. Os autores acrescentam ainda que “a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam” (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Verificamos assim que a religião historicamente esteve associada ao Estado e à vida em sociedade, segundo a vertente do materialismo histórico-dialético, o que fez com que se fomentassem formas de dominação a partir de ideologias que conduzem o mundo concreto. O Estado é essencial para que os interesses de grupos particulares sejam impostos à sociedade em geral, o que ocorre por meio de políticas públicas, entre elas as educacionais.

Veremos a seguir como atualmente o segmento religioso adentra na sociedade brasileira em interface com novos formatos de poder deliberativo no espaço público, o que interfere na conformação de políticas educacionais, partindo do caso do estado do Pará e das interseções com o cenário nacional.

A relação entre Estado e religião no Brasil e seus reflexos nas políticas educacionais do Pará

*Eu vejo o futuro repetir o passado.
Eu vejo um museu de grandes novidades [...]
(Cazuza)*

O excerto da canção *O tempo não para* nos faz refletir sobre como algumas situações na realidade brasileira tendem a repetir casos do passado, como ocorre com a relação entre Estado e religião, que já foi mais explícita, a exemplo do período colonial, e atualmente possui outras feições, que na sua essência mantêm a subserviência do público (Estado) ao privado (religião).

Pereira (2023) analisou o período relativo ao governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que foi fortemente influenciado por questões religiosas, num alinhamento de cristãos evangélicos ao direcionamento das ações públicas. A partir das ideias de Rousas John Rushdoony, o autor destaca que o termo *reconstrucionismo* ganhou destaque internacional no contexto de reformulação da esfera pública em algumas perspectivas sociais, como a educação, que seria compreendida como função da família e estaria livre da atuação estatal, porque assim seria possível manter a moral do país “no sentido de *reconstruir* a nação e transformar todos os aspectos da cultura a partir de valores cristãos” (Pereira, 2023, p. 150).

Pereira (2023) destaca ainda que a Teologia do Domínio (TD) seguiria essa lógica, sendo um termo mais popular e compreendido como:

uma designação difusa para encampar um projeto de poder deslanchado pelas principais lideranças evangélicas dos EUA, visando controlar as principais esferas estratégicas da sociedade, que está sendo amplamente promovido nos países sob sua influência, como o Brasil (Pereira, 2023, p. 147).

Entende-se que a Teologia do Domínio almeja fazer com que a esfera pública seja conduzida sob sua ótica particular de ver o mundo, ou seja, a racionalidade privada deve ser a bússola para fazer com que o Estado conduza a sociedade no suposto “caminho do bem”, para que a harmonia social possa ser restaurada.

Tendo-se as esferas estratégicas – por exemplo, a educação formal – como alicerces para alcance maior da população, sua materialização ocorreria, no caso das escolas, por meio das políticas públicas educacionais em que os valores evangélicos poderiam fomentar toda a organização da proposta educativa e, conseqüentemente, do projeto de sociedade desde sua ideia de formação, passando pela implementação até o processo de avaliação. Esse circuito que impediria inclusive o controle social, porque a base da política seria, em tese, livre de adjetivos negativos ou contrários aos desígnios divinos como força suprema, segundo seus defensores.

Nessa conjuntura, a política educacional seria conduzida por uma perspectiva de vida privada do segmento religioso, de modo que “é sabido que o controle social dos atos administrativos, das políticas públicas e da aplicação dos recursos deve existir de forma coerente e sistemática, focado nos interesses e objetivos da comunidade [...]” (Pereira, 2019, p. 25).

A privatização na Educação Básica paraense sob a égide da relação entre Estado e religião

Os sujeitos de religiões diferentes dos evangélicos, no caso da Teologia do Domínio ou daqueles que não comungam da mesma fé, tendem a ser excluídos dessa base religiosa de cunho privado que invade o espaço público e, por conseguinte, interfere nas ações direcionadas ao público em geral. Cabe considerar que aquilo que não for dito da essência e dos valores da Teologia não poderá ser fomentado nas ações por ferir supostos valores divinos.

No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura que todos somos iguais perante a lei também, ao mesmo tempo em que demonstra contradições quando remete ao tema da religião. Em seu preâmbulo, destaca que, sob as bênçãos de um ser superior, a Carta Magna estaria sendo promulgada, o que exclui, em parte, aqueles que não são adeptos de nenhuma fé. Além disso, no Art. 5º, frisa que:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

[...]

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei” (Brasil, 1988).

A contradição enquanto categoria marxista se faz presente na configuração legal do Estado brasileiro que, ao mesmo tempo em que assegura que ninguém será discriminado por causa da sua fé, dá ênfase ao monoteísmo. Esse quadro reforça as análises de Marx e Engels (2007), segundo as quais o Estado moderno é influenciado por grupos privados – aqui representados em nossas análises pelo segmento religioso –, o que pode induzir a formas de dominação da religião sobre o Estado e à subsunção do público ao privado, que por sua vez fomenta fluxos de desigualdades sociais.

No que se refere à administração pública e à condução da sociedade, a Carta Magna destaca no Art. 37 que ela “direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (Brasil, 1988). Ou seja, a administração pública deve ser orientada por valores que não privilegiem um grupo sobre o outro.

É válido lembrar tais princípios, porque o Estado brasileiro nas duas últimas gestões federais, independentemente do partido político e/ou chefe de Estado, vem demonstrando maior alinhamento com o segmento religioso – em especial, o evangélico – para alcançar seus interesses próprios e obter aprovação social. Foi o que relevou a análise de Pereira (2023) no

caso de Jair Bolsonaro, o qual, a partir de sua ascensão à presidência da República nas eleições de 2018, “deu amplo espaço a evangélicos em seu governo, consolidando uma direita cristã brasileira. Como aconteceu nos EUA, igrejas de diversas denominações superaram suas divergências em favor de um projeto político ecumênico” (Pereira, 2023, p. 163).

No caso do atual presidente Lula, a aproximação com esse público evangélico vem sendo reforçada no ano de 2025 pensando nas eleições de 2026. A forma como isso ocorre é por meio de programas que mirem na família, além da parceria com igrejas criadas nas periferias das grandes cidades como estratégia de fortalecer programas de assistência social. Trata-se de um meio para frisar que o foco das igrejas é o mesmo do governo no que se refere ao cuidado com as pessoas (O Globo, 2025, online).

De acordo com informações do portal G1 (2025) em reportagem publicada no mês de abril de 2025, “o Brasil está se tornando um país evangélico. E uma tendência ganha força: as igrejas que mais crescem são as de bairro, nas periferias nas grandes cidades e também no interior”.

O segmento religioso de cristãos evangélicos é o que mais cresceu nos últimos 30 anos, o que comprova que a relação entre Estado, mercado e sociedade também se modifica para atender a esse novo cenário, já que os líderes desse segmento são peças essenciais de cooptação de votos na política partidária e na execução de ações públicas, o que alinha ainda mais a histórica relação entre religião e Estado.

Essa relação se desdobra nas políticas públicas educacionais, com a presença do segmento religioso fazendo propostas junto ao Estado. Por sua vez, este processo pode gerar consequências negativas para a democratização das relações, como rejeição à diversidade e assimilação dos processos educativos à racionalidade dos cultos e orações, considerando que para o segmento há um perfil adequado de homem em sociedade, que deve seguir aos preceitos divinos cristãos.

Pereira (2023) destaca que o segmento religioso tem forte influência sobre os presidentes americanos de distintas vertentes partidárias, porque de alguma forma o segmento avança nas casas legislativas, o que gera dependência do governo por apoio, além de passarem a ocupar conselhos de educação, de forma que seus preceitos possam ser incorporados às escolas.

Com isso, observamos que os grupos religiosos, no caso dos EUA, veem na educação uma esfera essencial para disseminar suas ideologias. Quando há dificuldades, propõem o ensino domiciliar para que os pais eduquem seus filhos segundo seus valores individuais.

Uma ameaça similar no Brasil foi o projeto Escola Sem Partido que, segundo seus defensores, teria como propósito coibir que professores ensinassem ou discutissem com os alunos na rede pública básica temas que fossem contra valores cristãos, deturpando, por exemplo, o que seria educação sexual e diversidade de gênero. Nessa esteira, criou-se um canal de denúncia na internet para que alunos e pais passassem a vigiar docentes, instaurando-se uma Pedagogia do medo e da falta de confiança, tão essencial no processo pedagógico. Essa proposta na sua essência era “partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc.” (Frigotto, 2017, p. 31).

Reflexos de tendências de cunho religioso na educação básica do Pará, que nos propusemos em analisar neste artigo, podem ser observados a partir de dois eixos: parcerias público-privadas e formação de professores. Com isso, há consequências em toda a organização da escola, como a privatização da educação, com a transferência das dimensões da política educativa para organizações sociais (Adrião, 2023).

O primeiro eixo foi observado a partir da parceria firmada entre o Instituto Ayrton Senna (IAS) e a prefeitura municipal de Benevides no Pará, com a proposição de ações educacionais para melhorar a distorção idade-ano. O IAS possui atuação em diversos estados do Brasil, como demonstra o estudo de Adrião e Peroni (2019), o que inclui o Pará, como apontado em pesquisas sobre a gestão escolar (Vale, 2017) e a dinâmica das escolas (Pojo, 2014).

A formação continuada. Estes momentos foram marcados, sobretudo, pela afetividade que marcou os encontros com ênfase nas relações de afetividade entre o grupo e menos pelo potencial formativo do assessoramento e acompanhamento dos programas. Queixavam de serem cansativos e repetitivos, mas o convívio no grupo era prazeroso, *marcados por orações*, brindes e comemorações (aniversários, chás e outros), assim como o fato de que, quinzenalmente, estavam liberados para estarem juntos, pois, conforme relatado, não havia essa dinâmica na rede municipal para as demais turmas (Pojo, 2014, p. 243-244).

Segundo Pojo (2014), as orações não eram realizadas como demanda de formação do IAS, mas pelo grupo formador de Benevides, que coordenava esses momentos, e por vezes

por iniciativa dos próprios professores mais específicos, nos momentos próximos de datas festivas cristãs, como Páscoa e Natal. Mesmo que essa ação não possua relação direta com a Teologia do Domínio – fortemente evidenciada pela participação dos evangélicos, como afirma Pereira (2023) –, identificamos uma aproximação com essa Teologia, na medida em que as orações não possuem bases pedagógicas para melhoria do trabalho de professores.

O segundo eixo analisado se refere às parcerias público-privadas entre o Estado paraense e o segmento religioso por meio do Pacto pela Educação do Pará, que foi a principal política educacional entre os anos de 2013 e 2017, consistindo em um conjunto de ações de vários setores sociais em prol da melhoria dos índices educacionais, em especial, no Ensino Médio.

O caráter de Parceria Multissetorial e descentralizada que norteava o Pacto definiu também as normas para a composição e para o funcionamento de todos os Comitês. Em termos de composição, a Parceria Multissetorial deveria ser garantida pela presença de representantes de diferentes níveis de governo e da sociedade civil, incluindo empresas, membros de conselhos, universidades, *segmentos religiosos*, artistas e lideranças (Synergos, 2017, p. 30, grifo nosso).

Esse Pacto possuía um comitê estadual para deliberar as ações sob liderança do governo do Estado à época Simão Jatene (2011-2018), que aprovou um marco regulatório propondo novos critérios para ocupação dos cargos de gestores das escolas estaduais, realizou empréstimos junto ao Banco InterAmericano de Desenvolvimento (BID) para realizar suas ações, ficando subserviente às suas orientações técnicas, e ampliou a participação do setor privado na educação, incluindo o segmento religioso.

No caso dos comitês municipais, “outros membros a escolher (lideranças locais, *representantes de segmentos religiosos*, da mídia ou de universidades – a escolha dependerá das características de cada município)” (Synergos, 2017, p. 36, grifo nosso).

O Pacto deveria alcançar o setor privado para atrair participantes, potencializando os resultados e movimentando a questão econômica, numa espécie de sentimento coletivo em prol da educação. Além disso,

A apresentação do Pacto em cerimônias religiosas poderia ter um extraordinário efeito mobilizador. Na verdade, o sonho era que sacerdotes, de diferentes segmentos religiosos, pudessem ressaltar, em seus sermões, a importância da escola na vida de seus fiéis. Para isto, eles deveriam ser envolvidos e necessitariam dispor de informações sistematizadas sobre o tema (Synergos, 2017, p. 52).

A privatização na Educação Básica paraense sob a égide da relação entre Estado e religião

A relação entre Estado e religião para fomentar políticas educacionais na realidade paraense nos dá indícios de como ocorre a subsunção do público ao privado a partir do momento em que o poder público parece necessitar do apoio do setor religioso para maximizar seus resultados, como aconteceu com o Pacto pela Educação. É importante demarcar que o território do Pará já possui longo histórico de processos de privatização da educação, com a participação de empresários, filantropos e outros segmentos atuando junto ao Estado (Vale, 2024).

Destacamos que essa racionalidade de atuação do segmento religioso na educação do Pará tem o propósito de atrair mais pessoas em relação à educação, com a finalidade de entenderem seu valor em suas vidas. Por isso, esse direcionamento pode ser compreendido como uma retomada da atuação dos jesuítas na educação pública no período colonial, os quais definiam os rumos e propostas educacionais à época. Além disso, há uma ideologia presente nessa parceria entre religião e Estado como afirmam Marx e Engels (2007), em que supostamente o segmento religioso seria capaz de modificar as estruturas sociais, ao ser porta-voz do poder público para que os fiéis respondessem positivamente ao que foi proposto no Pacto.

Esse movimento nos faz compreender que a privatização na Educação Básica paraense ocorre sob a égide da relação entre Estado e religião, porque o segmento religioso se faz presente tanto na formação de professores por meio das orações quanto na utilização dos espaços religiosos privados para divulgar as ações do governo paraense, o que pode ser considerado como uma espécie retomada de uma história que já ocorreu – religião conduzindo a educação pública. Assim como na canção de Cazuza, que serviu de epígrafe para este debate, verificamos que o futuro talvez repita o passado, mas agora com consequências ainda mais graves para a democratização da educação, porque o processo de privatização da educação pública naturaliza no presente preceitos cristãos que, contraditoriamente, vão na contramão do Estado laico, previsto constitucionalmente. Com isso, a organização da escola pode ser conduzida por uma vertente que não promove a pluralidade de pensamento, conteúdos e posicionamentos distintos tão essenciais à para a formação de sujeitos críticos e reflexivos.

Considerações

A história da educação brasileira desde a sua base colonial possui influência direta do segmento religioso na condução das propostas pedagógicas alicerçadas em um perfil de

aluno condizente com as virtudes nos escritos sagrados da igreja católica. Isso nos leva a crer que não havia uma proposta dialógica de educação e, sim, reprodução do que se ensinava nas escolas pelos jesuítas no período colonial, que faziam as vezes de poder público.

A partir da base teórica do materialismo histórico-dialético assumida em nossas análises, verificamos que a história da humanidade demonstra a intrínseca relação entre Estado e religião, em que este segmento representa o setor privado, porque possui valores particulares específicos que almejam fazer valer seus interesses para a toda a sociedade a partir de políticas públicas, em especial, na educação, relevando assim mais uma faceta do seu processo de privatização.

O Estado moderno, por sua vez, representa os interesses da burguesia e sempre será influenciado por sujeitos ligados ao setor privado, em função da estrutura de impostos que leva essa instituição a depender de interesses endógenos. Tal dependência, na perspectiva marxista, pode ser compreendida como subsunção, na medida em que as correlações de forças na história da humanidade existem, mas a classe dominante, que é a burguesia, continua a dominar com ideias modificadas a cada época e espaço geográfico, pela reformulação das formas de proposição das políticas públicas e pela forma como a classe dominada, dentro dos limites das nações, luta pela minimização das desigualdades sociais, considerando que elas não podem ser extintas no sistema capitalista.

No caso das políticas públicas educacionais no Brasil, verificamos no estudo que elas já são influenciadas por um movimento internacional, particularmente, nos EUA com a Teologia do Domínio, que representa um público evangélico atuando junto ao Estado com o discurso de organizar áreas estratégicas da sociedade, como a educação, a partir de sua visão particular de mundo, que, se efetivada, representa uma das formas de privatização educacional. Isso, porque a suposta racionalidade pedagógica decorre de um segmento que é privado e exclui aqueles que não se coadunam com essa crença.

Esse movimento foi expandido no Brasil a partir da gestão de Jair Bolsonaro, que teve forte relação com grupos evangélicos para deliberação de suas decisões, ao passo que a história se repete, em parte, no atual governo Lula, que sabe que, de forma sistemática, necessita criar laços com esse público, pois é o que mais cresce na realidade nacional, com poder de voto e tomada de decisão. Esse cenário configura mais uma vez a subsunção do público ao privado representados, respectivamente, por Estado e religião.

Na realidade da política educacional paraense, que tomamos como exemplo da privatização na Educação Básica sob a égide da relação entre Estado e religião, constatamos a presença de uma atividade específica do segmento religioso em um caso de formação de professores que diverge, em parte, da perspectiva constitucional da laicidade. Além disso, o segmento religioso representou um dos parceiros do Pacto pela Educação do Pará com possibilidade de ocupar cadeira nos comitês deliberativos das ações educacionais estaduais, o que por si só já comprova o avanço das tentativas de privatização da Educação Básica.

O agravante na relação entre Estado e religião com reflexos na educação básica paraense é o processo de subsunção do público ao privado, que é permanente na história real da humanidade, considerando que, no caso do Pacto como ação governamental, o segmento religioso seria essencial para que houvesse o êxito da política, na medida em que líderes religiosos poderiam usar seus espaços de fé para mobilizar fiéis em prol de um projeto de educação, segundo o discurso oficial.

Referências

ADRIÃO, Theresa. Prefácio. In: VALE, Cassio; SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos (Org.). **Do público “público” ao público “privado” na educação**. Curitiba: CRV, 2023. p. 13-16.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. Notas introdutórias sobre a pesquisa análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e o Instituto Ayrton Senna para a oferta educacional. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Gestão municipal da educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna**. Brasília, DF: Anpae, 2019. p. 15-19.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, DF: MARE, 1995.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento, Brasil**: JK/JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017. p. 17-34.

G1. Evangélicos no Brasil: documentário retrata a multiplicação de igrejas e crentes no país. In: GRUPO GLOBO. **G1**, [on-line], 6 abr. 2025. Fantástico. Disponível em: <https://tinyurl.com/mt5zv26h> Acesso em 13 abr. 2025.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

O GLOBO. Lula mira evangélicos com políticas para família após aliados cobrarem maior aproximação. In: GRUPO GLOBO. **O Globo**, [on-line], 7 abr. 2025. Política. Disponível em: <https://tinyurl.com/ztnmfmbb> Acesso em 13 abr. 2025.

PEREIRA, Eliseu. Teologia do Domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do bolsonarismo. **Projeto História**, São Paulo, v. 76, p. 147-173, jan./abr. 2023.

PEREIRA, Maria do Socorro Vasconcelos. **O controle social do observatório social de Abaetetuba/PA na gestão pública da educação municipal**. 235 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

POJO, Oneide Campos. **A parceria público-privada do Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura Municipal de Benevides - PA**: entre os desafios (pro)postos e os limites da realidade. 273 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

SYNERGOS. **Pacto pela Educação do Pará Relato e avaliação - 2012 a 2017**. Rio de Janeiro: Synergos, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/m7z4fna8> Acesso em: 13 abr. 2025.

UNGER, Roberto Mangabeira. Cinco teses sobre a relação da religião com a política. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 159-165, abr. 1999.

VALE, Cassio. **Subsunção do público ao privado na educação paraense**. 124 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

VALE, Cassio. Negócios sociais via "Setor Dois e Meio" como estratégia de expansão privatista na educação básica do Pará. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 13, n. 1, p. 1-11, 2024.

Nota

¹ Texto decorrente de pesquisa de estágio de pós-doutorado realizado no âmbito da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Sobre os autores

Cassio Vale

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Realizou estágio de pós-doutorado em educação pela UFPA (2024) e pela UEPA (2025). Tem interesse profissional em pesquisas sobre relações público privadas na educação, Terceiro Setor, Setor Dois e Meio e Negócios sociais na educação.

E-mail: cassiovale07@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8956-4536>

Francisco Willams Campos Lima

Doutor em Educação. Realizou estágio de pós-doutorado em Educação pela UFPA. Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA) atuando na graduação e no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião (PPGCR/UEPA). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Religioso na Amazônia (GEPERA).

E-mail: willamscampos@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4753-6422>

Recebido em: 04/06/2025

Aceito para publicação em: 30/06/2025